

12 ABR 1991

# Obstáculos de peso

ALIENSE

O entendimento nacional — feito consensualmente como única saída pacífica para a crise brasileira — continua na estaca zero. Os instrumentos concebidos para viabilizá-lo — o Projetão do Governo e o Fórum de Debates do Congresso — esbarram em obstáculos diversos. O mais notório é o desinteresse dos partidos engajados em candidaturas presidenciais — e aí destacam-se o PMDB de Quérzia e o PDT de Brizola. Mas há outros — e igualmente poderosos.

Esses obstáculos buscam negar algo que o Governo considera premissa básica para deflagrar o processo: a antecipação da reforma constitucional — e, por extensão, do plebiscito sobre sistema de governo. O Projetão contém, entre suas propostas, nada menos que sete que dependem de emendas à Constituição. Essas emendas têm poucas ou nenhuma chance de aprovação com o quorum qualificado de dois terços, na Câmara e Senado, exigido pela Constituição. A saída é reduzir esse quorum — e isso só é possível com a antecipação da reforma, quando o Congresso se transforma novamente em Constituinte e as emendas se dão por maioria absoluta de votos, em sistema unicameral (Câmara e Senado reunidos).

Nessa empreitada, o Governo tem apoio apenas de um partido de oposição: o PSDB. Também os tucanos entendem que a reforma deve ser antecipada. O deputado José Serra alinha alguns motivos — entre os quais a própria premência da crise, que pede urgência no encaminhamento das soluções —, mas destaca um: a inconveniência de se misturar reforma constitucional com campanha eleitoral. Se a reforma começar em 1983, fatalmente entrará pelo ano de

1994 — tal o volume de questionamento a atual Carta. A reforma, na verdade, equivale-á a uma nova Constituinte. Em 1994, estão previstas eleições gerais — para assembléias, governos estaduais, Congresso e Presidência da República. O PSDB e o presidente Collor consideram uma temeridade a coincidência desses eventos. O contágio demagógico seria inevitável, segundo opõem.

Já o PDT e PT, ao contrário, acham positiva essa coincidência. A proximidade das eleições, segundo esse raciocínio, impedirá que sejam suprimidas conquistas populares. Nenhum parlamentar, por mais conservador, ousará, às vésperas do pleito, propor nada que contrarie o interesse das classes trabalhadoras. Embora não haja consenso entre os partidos sobre o que de fato seja “interesse das classes trabalhadoras”, sabe-se que o objetivo central do Governo, na reforma, é viabilizar o desmonte da máquina estatal — seja pela privatização de empresas e serviços, seja pela demissão de funcionários públicos. E PT, PDT e demais partidos de esquerda — que têm visão nessas questões — sabem que nada disso será viável em ano eleitoral. Por isso, se opõem.

E essa oposição coincide com a do PMDB de Quérzia por razão diversa. Quérzia não quer novidades ou mudanças nas regras do jogo — algo inevitável com a reforma da Constituição. Quer que tudo fique como está, para que o presidente Collor seja cativo da base parlamentar peemedebista, fiel de balança no Congresso.

São esses os obstáculos presentes ao entendimento. E o Governo, até aqui, não sabe ao certo como removê-los.